

Governo quer dobrar prazo da dívida pública

Tesouro prevê que a fatia de papéis prefixados deve subir de 13% para até 35% este ano

O GLOBO

15 FEV 2000

Liana Verdini

O Governo federal espera chegar ao fim do ano com um novo perfil para sua dívida em títulos de R\$ 330 bilhões. Se as condições atuais forem mantidas, sem novas crises econômicas, o Governo pretende dobrar o prazo médio desses papéis, de nove para 18 meses e, além disso, praticamente triplicar o percentual de títulos com juros prefixados. Hoje, eles somam 13% do total da dívida. A estimativa é que esse número suba para 30% a 35% no fim deste ano.

Dívida está concentrada em títulos pós-fixados

Esses números fazem parte de uma simulação feita pelo Tesouro Nacional com base no comportamento do mercado nos últimos três meses, como explicou o secretário adjunto do Tesouro, Isaac Zagury. A intenção dos técnicos da área econômica com o alongamento da dívida é reduzir o impacto de possíveis mudanças nas taxas de juros sobre o caixa do Governo.

O diretor de Política Monetária do Banco Central, Luiz Fernando Figueiredo, lembrou que a dívida pública federal está muito concentrada em títulos corrigidos por juros e câmbio. Dos R\$ 330 bilhões que o Governo federal deve na forma de títulos públicos, 60%



O SECRETÁRIO-ADJUNTO do Tesouro, Isaac Zagury, à esquerda, ao lado de Luiz Figueiredo, diretor do BC

são de papéis pós-fixados e 25% são atrelados ao dólar.

— Queremos uma dívida com perfil mais adequado, menos atrelado ao *overnight* e mais associado a um índice de preços de longo prazo — disse Figueiredo.

Zagury e Figueiredo estiveram ontem na Bolsa do Rio para um encontro com grandes compradores de títulos públi-

cos, como fundos de pensão, seguradoras e administradores de fundos de renda fixa.

— Ficou muito claro que o mercado gostaria que estivéssemos trabalhando num ritmo mais acelerando, ofertando mais papéis e fazendo mais leilões. Nossa intenção, porém, é sermos absolutamente previsíveis. No fim do mês, por exemplo, o Tesouro vai divulgar a

agenda de trabalho de março. Portanto o mercado saberá que qualquer aceleração no ritmo das colocações de papéis só ocorrerá no mês seguinte — disse o diretor do BC.

Para Figueiredo, o comportamento dos investidores está mudando junto com a melhora das condições da economia.

— Notamos que o perfil dos investimentos vem mudando

ao longo do tempo. Isso porque quando a taxa de juros não é favorável, por estar em queda, a tendência é que os investidores procurem aplicações mais longas para compensar — disse o diretor de Política Monetária do Banco Central, Luiz Figueiredo.

Bolsas devem negociar títulos em três meses

Figueiredo estimou que o mercado eletrônico de negociação de títulos públicos a ser criado pelas bolsas de valores estará em funcionamento dentro de três meses. Mas ressaltou que a custódia dos papéis continuará a cargo do Selic, o Sistema de Liquidação de Títulos Públicos do Banco Central.

— Algumas corretoras estão interessadas em implantar a negociação eletrônica de títulos. Uma delas, inclusive, já está com o seu sistema em funcionamento — disse ele.

Com mais transparência, o Governo espera alongar o prazo da dívida e diminuir a vulnerabilidade dos papéis oficiais a mudanças na taxa de juros.

Nos últimos anos, com as seguidas crises econômicas, os investidores passaram a preferir papéis pós-fixados, que pularam de uma participação pequena, em torno de 5% no início de 1997, para os atuais 60%. ■

William de Moura